

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 67/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|-----------------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 67/2025 | 390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS | LUCAS DO NASCIMENTO LEDES DEMATTE | 25/11/2025 08:53 (v 0.15) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | 71/2025 | 50000.017478/2025-11 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição com fornecimento e instalação de baterias estacionárias para o Edifício Sede do Ministério dos Transportes, em Brasília – DF nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|-------|----------------|----------------|
| 1 | <p>Bateria estacionária, tipo Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid), modelo AGM, com instalação e descarte da existente.</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">Quantidade de Baterias por Banco: 16 (dezesseis) unidades;Quantidade Total de Baterias: 252 (duzentos e cinquenta e dois) unidades;Carga de Tensão: constante;Temperatura de Referência: 25°C;Tensão Nominal: 12 Volts;Capacidade Nominal: 26Ah;Comprimento: 196 mm;Largura: 131 mm;Altura: 155 mm;Terminal de Conexão: Parafuso M6.Garantia de fábrica: 12 meses. | 424154 | UN | 252 | R\$ 600,38 | R\$ 151.295,76 |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| Referência: UniPower, SecPower, PowerTek, FirstPower, Moura Estacionária VRLA, sendo similar ou qualidade superior. | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

1.2. O objeto desta contratação é caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da data da assinatura do contrato com o fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Registra-se que este Termo de Referência não exige a classificação ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000002/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 21/03/2025;

III) Id do item no PCA: 162;

VI) Classe/Grupo: 6130 - CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-71/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas, originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº401, de 04/11/2008, tais como;

4.1.2. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.1.3. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

4.1.4. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da bateria Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid) tipo AGM, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo máximo de entrega será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados do(a) a partir da assinatura do contrato, em remessa única.

5.1.1. Após a entrega dos bens (baterias), os serviços de remoção, instalação e recolhimento das antigas baterias, que serão realizados pela contratada, deverão ser executados em até 5 (cinco) dias úteis.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Centro Cívico Administrativo, Bloco R, Edifício Anexo, Brasília/DF - CEP: 70.044-902, das 8 h às 17 h, de segunda a sexta feira.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,2% (dois décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1,5% (um e meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três por cento e dois décimos) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/07/20205.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% *valor total estimado da contratação*.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, comprovando que a empresa tenha prestado serviço de fornecimento e instalação, de no mínimo 100 baterias, correspondendo a aproximadamente 40% do quantitativo total do item 1.

9.31.1.2. Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) após a instalação.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos art. 67, previstos na lei 14.133/2021.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 151.295,76** (cento e cinquenta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 390004.

II) Fonte de recursos: ação 2000;

III) Programa de trabalho: 26.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339030-99 (Outros materiais de consumo); e

V) Plano interno: não há.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 03 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.
 - 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 25/11/2025 às 08:53:48.

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 37/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.017478/2025-11

2. Objeto

2.1. Aquisição de baterias estacionárias com instalação e, descarte das existentes, visando atender às demandas do Ministério dos Transportes (MT), em Brasília - DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. Os *nobreaks* desempenham um papel essencial para a continuidade das atividades do Ministério dos Transportes – MT, pois garantem não apenas o funcionamento da rede de emergência, como também a estabilização da rede elétrica que alimenta computadores, racks do sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, além de outros equipamentos sensíveis instalados nas edificações.

3.2. Os *nobreaks* são compostos por baterias estacionárias, cuja vida útil, segundo o fabricante, varia entre 3 e 5 anos, a depender de fatores como a quantidade de ciclos de carga, a temperatura ambiente e outras condições que impactam diretamente seu desempenho e durabilidade.

3.3. Os Edifícios Sede e Anexos são compostos por 04 (quatro) *nobreaks*, sendo eles:

| LOCAL | MODELO | MARCA | POTÊNCIA | BATERIAS |
|-----------|--------------|---------------|----------|-----------|
| Ed. Sede | DPA UPSCALE | ABB | 100 Kva | 12V/26Ah |
| Ed. Sede | HPM 33100 GA | PHD | 100 Kva | 12V/35Ah |
| Ed. Anexo | GALAXY 7000 | APC/SCHNEIDER | 300 Kva | 12V/100Ah |
| Ed. Anexo | GALAXY 7000 | APC/SCHNEIDER | 300 Kva | 12V/100Ah |

3.4. Embora a tabela acima apresente todos os *nobreaks* atualmente em operação nos Edifícios Sede e Anexo, esta contratação restringe-se exclusivamente à substituição do banco de baterias estacionárias do *nobreak* modelo DPA UPSCALE (Ed. Sede).

3.5 A relação completa de equipamentos foi apresentada apenas para contextualizar o parque instalado e demonstrar que, apesar de haver diferentes modelos e capacidades, cada *nobreak* atende a demandas específicas e localizações distintas, sendo dimensionado de acordo com a infraestrutura elétrica e a criticidade da carga que suporta.

3.6. Assim, não há viabilidade técnica ou econômica para a padronização imediata de modelos, pois tal medida implicaria na substituição prematura de equipamentos ainda operacionais e na realização de adaptações de infraestrutura elétrica, o que não se justifica no momento.

3.7. As baterias estacionárias em questão, foram substituídas em julho de 2021, conforme processo de pagamento nº 50000.013047/2021-44, estando, portanto, dentro do prazo recomendado pelo fabricante para nova substituição. A ausência de manutenção adequada pode resultar na queda do desempenho dos equipamentos e no aumento do risco de falhas, superando os limites aceitáveis para o pleno exercício de suas funções.

3.8. Diante disso, torna-se necessária a aquisição e instalação de novas baterias estacionárias, compondo o sistema de energia ininterrupta da sala cofre do Ministério dos Transportes — ambiente de alta criticidade, que abriga servidores e ativos de rede essenciais ao funcionamento da instituição.

3.9. A contratação dos *nobreaks* para o Ed. Anexo, será tratada em momento oportuno, após a conclusão dos estudos técnicos solicitados ao fabricante.

4. Área requisitante

Área Requisitante

Responsável

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Titularidade do Imóvel

5.1. Cumpre-se informar, que o imóvel onde será realizado o serviço está devidamente registrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conforme segue:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", RIP nº 9701.21448.500-7.

Sustentabilidade

5.2. Para a elaboração e execução das ações previstas neste contrato, foi consultado o **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU, 7ª edição (outubro de 2024)**, tendo sido identificado o seguinte item:

5.2.1. **Item 27: Pilhas ou Baterias**, páginas 167 a 174, que classifica a aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pilhas e baterias.

5.2.1.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas, originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

5.2.1.2. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

5.3. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis outubro/2024, a CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

5.4. Em atenção ao Art. 5º, da referida Instrução Normativa, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.4.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.4.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.4.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.4.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Definição da Contratação

5.5. Por se tratar de aquisição de bens comuns conforme definidos no Art. 6º, incisos X e XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujo os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, a modalidade de licitação aplicável é o pregão eletrônico, conforme previsto no inciso XLI do referido artigo.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Participação de Consórcio

5.6. No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

5.7. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

5.8. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

Participação de Cooperativas

5.9. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União.

5.10. E ao disposto no inciso I do art. 10 da IN nº 05/2017, por considerar que para o objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

Decretos Presidenciais - Margem de Preferência

5.11. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

5.12. E a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, que altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

5.13. Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Consulta ao Caderno de Logística - Pesquisa de Preços

5.14. Conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>), o mesmo estabelece orientações para realização da pesquisa de preços.

5.15. Para o objeto em tela, deverão seguir as regras da IN SEGES nº 65/2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Consulta aos Cadernos de Logística para Sanções Administrativas

5.16. Ao consultar o sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/manual-sancoes-22-09.pdf> e [//www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf), os cadernos de logística encontrados não se adequam a formalística dessa pretensa contratação, haja vista estarem voltados à Lei nº 8.666/93.

5.17. Contudo, a contratação seguirá os parâmetros definidos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

5.18. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Padrões Mínimos de Qualidade

5.19. Os requisitos mínimos de qualidade estão descritos nas normas, projetos de normas, especificações e métodos de ensaios padronizados, aprovados e /ou recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.20. A empresa deverá apresentar:

- 5.20.1. Catálogo e/ou ficha técnica das baterias ofertadas;
- 5.20.2. Certificado do INMETRO e relatórios de ensaio;
- 5.20.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da instalação;
- 5.20.4. Declaração de compatibilidade com o modelo da UPS existente.

Qualificação Técnica

5.21. A aquisição de baterias estacionárias demanda conhecimento técnico especializado, pois trata-se de equipamentos essenciais para a confiabilidade de sistemas críticos, como nobreaks, telecomunicações, energia de emergência e automação industrial. A instalação inadequada pode comprometer o desempenho do sistema, reduzir significativamente a vida útil das baterias e gerar riscos à segurança, como superaquecimento, vazamentos ou curto-circuitos. Assim, a exigência de qualificação técnica visa assegurar que o modelo adquirido seja plenamente compatível com a aplicação, esteja em conformidade com as normas vigentes (como a ABNT NBR 16109 e demais correlatas) e possua especificações adequadas quanto à capacidade de carga, corrente de descarga, faixa de temperatura de operação e tecnologia construtiva.

5.22. Para fins de comprovação da aptidão para o fornecimento de bens de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, será exigida a apresentação de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, quando aplicável, que evidenciem a execução de contratos com as características mínimas descritas a seguir:

5.22.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica comprovando que a empresa tenha executado serviço de fornecimento e instalação, contemplando no mínimo 20% do quantitativo total do item da presente contratação.

5.22.2. Será admitida, para comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação de mais de um atestado, desde que, somados, atendam ao percentual exigido.

5.22.3. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial do fornecedor.

5.22.4. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu origem à contratação, endereço atual da contratante, local de execução do objeto, entre outros documentos pertinentes.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O mercado oferece diversas opções de baterias estacionárias para nobreak, destacando-se:

6.1.1. Baterias Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid).

a) Subtipos:

- AGM (Absorbent Glass Mat);
- GEL.

b) Características:

- Seladas;
- Livre de manutenção;
- Vida útil: 3 a 6 anos (AGM) / 5 a 10 anos (GEL).

c) Aplicações:

- Data centers;

- Equipamentos médicos;
- Infraestrutura de TI.

6.1.2. Baterias Estacionárias Íon de Lítio (Li-ion).

a) Características:

- Leves e compactas;
- Recarga mais rápida;
- Sistema de gerenciamento (BMS) embutido;
- Menor necessidade de substituição;
- Vida útil: 8 a 15 anos.

b) Aplicações:

- UPS modernos e modulares;
- Data center de alta densidade
- Ambientes com espaço reduzido;
- Locais onde a eficiência energética e o TCO (custo total de propriedade) são prioridade.

6.1.3. Baterias Estacionárias Abertas (chumbo-ácido ventiladas).

a) Características:

- Manutenção periódica;
- Necessita de ambiente ventilado;
- Controle de temperatura;
- Robusta e com maior capacidade de armazenamento;
- Vida útil: 10 a 15 anos.

b) Aplicações:

- UPS industrial de grande porte;
- Infraestruturas críticas (telecom, energia, transportes);
- Subestações e instalações remotas.

6.1.4. Baterias de Níquel-Cádmio (NiCd).

a) Características:

- Alta resistência a temperaturas extremas;
- Ciclos profundos de descarga;
- Impacto ambiental do cádmio;
- Vida útil: 15 a 20 anos.

b) Aplicações:

- Ambientes agressivos (indústria pesada, petróleo e gás);
- Aviação, ferrovias, instalações militares.

6.2. Tabela dos principais tipos:

| TIPO DE BATERIA | VIDA ÚTIL | MANUTENÇÃO | APLICAÇÃO PRINCIPAL | CUSTO |
|---------------------|--------------|-------------|--------------------------------------|------------|
| VRLA - AGM | 3 a 6 anos | Baixa | Escritórios, TI, pequenas empresas | Baixo |
| VRLA - GEL | 5 a 10 anos | Baixa | Ambientes mais quentes, médios UPS | Médio |
| Estacionária Aberta | 10 a 15 anos | Alta | UPS industriais e de missão crítica | Médio/Alto |
| Íon de Lítio | 8 a 15 anos | Muito baixa | Data centers, UPS de última geração | Alto |
| NiCd | 15 a 20 anos | Média/Alta | Indústria pesada, ambientes extremos | Muito alto |

6.3. Formas de contratação praticadas no mercado.

6.3.1. Locação:

a) Vantagens:

- Sem necessidade de investimento inicial alto — ideal para projetos temporários ou com recursos limitados;
- Suporte técnico, manutenção e substituição inclusos no contrato, garantindo operação contínua;
- Possibilidade de atualização tecnológica periódica, sem necessidade de reinvestimentos;
- Facilidade contábil, com classificação como despesa operacional (OPEX).

b) Desvantagens:

- Custo recorrente, que a longo prazo pode superar o valor de uma compra;
- Equipamentos não se tornam patrimônio da empresa;
- Contratos podem impor limitações de tempo mínimo, cobertura de manutenção e modelos disponíveis.

c) Indicação: Esta solução é recomendada para uso temporário, testes, eventos ou situações em que o investimento em aquisição não é viável.

6.3.2. Aquisição sem instalação:

a) Vantagens:

- Menor custo inicial, ideal para empresas com orçamento reduzido.;
- Permite maior liberdade na escolha do técnico ou equipe de instalação;
- Boa opção para quem já possui equipe técnica interna especializada.

b) Desvantagens:

- Maior risco de instalação incorreta, o que pode afetar a performance do sistema ou causar falhas graves;
- Garantias do fabricante podem ser limitadas ou invalidadas, se a instalação não seguir padrões técnicos exigidos;
- A empresa assume toda a responsabilidade pela instalação, operação e manutenção.

c) Indicação: Somente recomendada para empresas com expertise técnica própria e conhecimento sobre normas de instalação.

6.3.3. Aquisição com instalação:

a) Vantagens:

- Oferece uma solução completa e segura, com fornecimento do equipamento e instalação técnica especializada;
- Garante conformidade com normas e boas práticas, evitando erros que possam comprometer o sistema;
- Garantia total cobre tanto o equipamento quanto a instalação, oferecendo maior tranquilidade;
- O fornecedor costuma realizar testes operacionais, certificação técnica e orientações de uso.

b) Desvantagens:

- Investimento inicial um pouco maior, pois inclui o custo da mão de obra qualificada e deslocamento;
- Pode haver necessidade de agendamento prévio, o que exige planejamento.

c) Indicação:

- Melhor relação entre segurança, suporte e garantia. Ideal para ambientes críticos (TI, hospitais, indústrias).

6.4. Levantamento de mercado

6.4.1. Foi realizada pesquisa no *Portal Nacional de Contratações Públicas* (comprasnet.gov.br), análise de atas anteriores e contato com fornecedores. Entre os processos e empresas consultados:

- Pregão Eletrônico nº 90019/2024, UASG 160098- COPESP;
- Pregão Eletrônico nº 90136/2024, UASG 155902 - UFPR;
- Dispensa Eletrônica nº 91007/2024, UASG 102307 - UNESP;
- CM Comandos Lineares - Fornecedor
- Netway Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda - Fornecedor
- Santarém Sistemas Ininterruptos de Energia Ltda - Fornecedor

6.5. Diante dessas informações, as soluções identificadas são as seguintes:

| Solução | Descrição | Análise da Solução |
|---------|-----------|---|
| | | Inviável, pois, considerando o quantitativo a ser contratado e os |

| | | |
|----|--|---|
| 01 | Contratação direta com base em limite legal de dispensa, utilizando empresas especializadas em fornecimento e instalação de baterias estacionárias. | valores observados no mercado e em contratações similares, o valor ultrapassa o limite permitido, tornando esta alternativa inadequada para atender às necessidades da Administração. |
| 02 | Registro prévio de preços para futuras demandas, considerando empresas especializadas em fornecimento e instalação de baterias estacionárias. | Parcialmente viável, no entanto, devido à necessidade de definir previamente o quantitativo exato, esta alternativa não atende completamente aos requisitos da contratação atual. |
| 03 | Licitação competitiva com definição clara de quantitativo e objeto, contemplando empresas especializadas em fornecimento e instalação de baterias estacionárias. | Viável, pois permite definir o quantitativo e o objeto com precisão, atendendo aos requisitos desta contratação e garantindo ampla competitividade. |

6.5. Considerando as alternativas avaliadas, a Solução 03 destaca-se como a opção mais adequada para este Ministério, pois permite definir previamente o quantitativo a ser contratado, atende integralmente aos requisitos técnicos e administrativos, e apresenta alinhamento com valores de mercado e contratações similares. Essa alternativa assegura eficiência, competitividade e segurança jurídica, consolidando-se como a escolha mais consistente para a presente contratação.

6.6. Dessa forma, optou-se pela aquisição da bateria estacionária do tipo Chumbo-Ácido Regulada por Válvula (VRLA), subtipo AGM, para garantir a eficiência, confiabilidade e o melhor custo-benefício na manutenção do sistema de nobreaks.

6.7. Esta escolha decorre do melhor custo-benefício para o cenário apresentado, considerando que, embora as baterias do tipo GEL apresentem maior vida útil, seu custo mais elevado não justifica economicamente o investimento frente à utilização prevista e ao perfil operacional do nobreak existente.

6.8. A aquisição com instalação completa se destaca como a alternativa mais segura, durável e vantajosa, pois garante maior confiabilidade do sistema, suporte técnico especializado e cobertura integral de garantia para equipamentos e serviços.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A aquisição, com instalação, das baterias estacionárias é de fundamental importância para manter os nobreaks funcionando corretamente, uma vez que hoje, elas se encontram no final da vida útil podendo chegar a um colapso do sistema.

7.2. A solução que melhor atende as necessidades desta Pasta, é a aquisição de baterias estacionárias com instalação e, descarte das existentes.

7.3. O item desta contratação, foi dimensionado de acordo com as características e quantidades necessárias para o bom funcionamento da UPS existente.

Conformidades normativas e legais de parametrização

7.4. Devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas:

7.4.1. ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

7.4.2. ABNT NBR 14.204 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula - Especificação;

7.4.3. ABNT NBR 15.014 – Conversor a semicondutor – Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (*nobreak*) – Terminologia;

7.4.4. ABNT NBR 15.389 - Bateria chumbo-ácida estacionária regulada por válvula - Instalação e montagem;

7.4.5. ABNT NBR 15.641 – Bateria chumbo-ácida estacionária regulada por válvula – Manutenção;

7.4.6. ABNT NBR 16.109 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula em sistema ininterruptos de energia (UPS) - Especificação.

7.4.7. NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

7.4.8. NR-20 - Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;

7.4.9. Norma Técnica IEC/EN nº 62.040 - *Uninterruptible Power Systems* (UPS);

7.4.10. CONAMA nº 401/2008 - Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências;

7.4.11. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 – Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

7.4.12. Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

7.5. É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não eximem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

7.6. Todos os materiais e processos de instalação devem ser executados de acordo com as melhores práticas e respeitar as condições de segurança para os trabalhadores e usuários. A aprovação dos materiais e serviços será condicionada à avaliação técnica prévia e ao cumprimento das exigências regulamentares.

Dimensionamento da proposta

7.7. O sistema é composto por 01 (um) *Nobreak UPS modular Leistung 3G ST 120 DPA UPScale*, datado de 10/2014, com capacidade para 252 baterias estacionárias, modelo VRLA, de 12v/26AH.

7.8. O banco de baterias possuem as seguintes características:

- Quantidade de Baterias por Banco: 84 (oitenta e quatro) unidades;
- Quantidade Total de Baterias: 252 (duzentos e cinquenta e dois) unidades;
- Carga de Tensão: constante;
- Temperatura de Referência: 25°C;
- Tensão Nominal: 12 Volts;
- Capacidade Nominal: 26Ah;
- Comprimento: 196 mm;
- Largura: 131 mm;
- Altura: 155 mm;
- Terminal de Conexão: Parafuso M6.

7.9. As baterias deverão ser fornecidas em conjunto da mesma marca e lote de fabricação, evitando “efeito dominó” devido a diferença de corrente da bateria divergente no banco de baterias; e

7.10. Não se admitirá baterias usadas, automotivas, seladas ou não, e deverão ser classificadas no mínimo como grupo de "Padrão Comercial", conforme detalhado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR nº 14.204/2002.

7.11. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA sobre a necessidade de remoção dos equipamentos antigos e instalação dos novos, indicando local e horário para execução dos serviços.

7.12. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

7.13. O prazo máximo de entrega será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

7.14. A contratação será dimensionada conforme tabela abaixo:

| Descrição / Especificação | Catmat | Unidade de Medida | Quantidade |
|--|--------|-------------------|------------|
| Bateria estacionária, tipo Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid), modelo AGM, com instalação e descarte da existente. Especificação: <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de Baterias por Banco: 84 (oitenta e quatro) unidades;• Quantidade Total de Baterias: 252 (duzentos e cinquenta e dois) unidades;• Carga de Tensão: constante;• Temperatura de Referência: 25°C;• Tensão Nominal: 12 Volts;• Capacidade Nominal: 26Ah;• Comprimento: 196 mm;• Largura: 131 mm;• Altura: 155 mm;• Terminal de Conexão: Parafuso M6.• Garantia de fábrica: 12 meses. Referência: UniPower, SecPower, PowerTek, FirstPower, Moura Estacionária VRLA, sendo similar ou qualidade superior. | 424154 | Unid. | 252 |

Local de prestação dos serviços

7.15. Os serviços serão prestados no Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R".

Descarte

7.16. A CONTRATADA será responsável pelo descarte adequado das baterias substituídas, encaminhando-os ao fabricante ou importador para destinação ambientalmente correta, em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 08/2012, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Resolução CONAMA nº 401/2008.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada pela Coordenação de Infraestrutura (COINF) com base em levantamento técnico que considerou os ativos instalados, as baterias em uso e aquelas com sinais de degradação, perda de autonomia ou obsolescência. O dimensionamento resultou de vistorias in loco, histórico de manutenção, vida útil média observada, especificações dos fabricantes, requisitos técnicos de autonomia dos sistemas UPS e projeção de crescimento da demanda energética em setores estratégicos do Ministério dos Transportes, em Brasília-DF.

8.2. O Nobreak UPS modular ABB 120 DPA UPScale, com capacidade para até 252 baterias estacionárias, modelo VRLA 12V/26AH distribuídas em três bancos de 84 unidades cada. O quantitativo atualmente instalado foi dimensionado de forma a atender plenamente às exigências de carga e autonomia do equipamento, garantindo a potência necessária para sustentar os sistemas conectados em caso de falha no fornecimento de energia elétrica. Essa configuração assegura estabilidade, eficiência e proteção contra interrupções, evitando sobrecarga e prolongando a vida útil tanto do nobreak quanto das próprias baterias.

8.3. Abaixo, temos o resumo da estimativa dos quantitativos:

| Item | Descrição / Especificação | Catmat | Unidade de Medida | Quantidade |
|------|---|--------|-------------------|------------|
| 1 | <p>Bateria estacionária, tipo Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid), modelo AGM, com instalação e descarte da existente.</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de Baterias por Banco: 84 (oitenta e quatro) unidades;• Quantidade Total de Baterias: 252 (duzentos e cinquenta e dois) unidades;• Carga de Tensão: constante;• Temperatura de Referência: 25°C;• Tensão Nominal: 12 Volts;• Capacidade Nominal: 26Ah;• Comprimento: 196 mm;• Largura: 131 mm;• Altura: 155 mm;• Terminal de Conexão: Parafuso M6.• Garantia de fábrica: 12 meses. <p>Referência: UniPower, SecPower, PowerTek, FirstPower, Moura Estacionária VRLA, sendo similar ou qualidade superior.</p> | 424154 | Unid. | 252 |

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 151.295,76

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com os critérios e parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos para a realização de pesquisa de preços nas contratações públicas, incluindo a metodologia a ser utilizada para a definição do valor preliminar da contratação durante a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

9.2. Para tanto, adotou-se a coleta de preços por meio de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como de orçamentos junto a fornecedores, conforme o art. 5º da referida norma. As contratações públicas consultadas foram utilizadas apenas como referência de viabilidade de mercado, pois, embora o objeto (baterias estacionárias) fosse semelhante, não contemplavam o serviço de instalação nem o descarte das baterias substituídas, exigidos neste processo licitatório. A estimativa de preços baseou-se em três cotações de fornecedores especializados, que forneceram valores para fornecimento e instalação, atendendo ao disposto no art. 26, §1º, da Lei 14.133/2021 e permitindo aferir os preços praticados no mercado.

9.3. Para o registro e análise dos preços estimados, foi utilizada uma planilha eletrônica contendo os valores apurados em cada fonte consultada, com a devida identificação dos fornecedores. Na consolidação dos dados, a Administração avaliou a dispersão dos preços utilizando medidas estatísticas, como média, desvio padrão e coeficiente de variação, conforme previsto na IN nº 65/2021.

9.4. Dessa forma, o valor total estimado para a aquisição, incluindo a instalação das baterias, é de **R\$ 151.295,76** (cento e cinquenta e um mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Item | Descrição / Especificação | Catmat | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unit. | Valor Total |
|------|---|--------|-------------------|------------|-------------|----------------|
| 1 | <p>Bateria estacionária, tipo Chumbo-Ácido Reguladas por Válvula (VRLA - Valve Regulated Lead Acid), modelo AGM, com instalação e descarte da existente.</p> <p>Especificação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quantidade de Baterias por Banco: 84 (oitenta e quatro) unidades;• Quantidade Total de Baterias: 252 (duzentos e cinquenta e dois) unidades;• Carga de Tensão: constante;• Temperatura de Referência: 25°C;• Tensão Nominal: 12 Volts;• Capacidade Nominal: 26Ah;• Comprimento: 196 mm;• Largura: 131 mm;• Altura: 155 mm;• Terminal de Conexão: Parafuso M6.• Garantia de fábrica: 12 meses. <p>Referência: UniPower, SecPower, PowerTek, FirstPower, Moura Estacionária VRLA, sendo similar ou qualidade superior.</p> | 424154 | Unid. | 252 | R\$ 600,38 | R\$ 151.295,76 |

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.2. Pela característica do objeto, aquisição de baterias estacionárias, a contratação será realizada em item único, e não é aplicável parcelamento da solução.

10.3. Vale destacar que a formalística citada nos itens supracitados já é amplamente utilizada no âmbito do serviço público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Tendo em vista a Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, cientificamos que não há, no âmbito do Ministério dos Transportes, contratações correlatas ou interdependentes que venham interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento dessa contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia":

(<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/planejamento-estrategico-2024-2027/planejamento-estrategia>).

(https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

12.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano->. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos de logística sustentável - pls-versão-final.pdf previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

12.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-71/2025.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A presente contratação visa proporcionar uma série de benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, com destaque para a garantia da continuidade dos serviços essenciais desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes, por meio da manutenção da estabilidade e da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica nos ambientes das edificações. A substituição das baterias estacionárias degradadas por unidades novas, devidamente instaladas, permitirá o funcionamento adequado dos sistemas de energia ininterrupta (*nobreaks*), protegendo equipamentos sensíveis e sistemas críticos de informação contra oscilações e interrupções abruptas no fornecimento de energia.

13.2. Além disso, o serviço de instalação e descarte ambientalmente correto das baterias inservíveis contribui diretamente para o cumprimento das normas ambientais e de saúde pública, promovendo a destinação adequada de resíduos perigosos e reforçando o compromisso da Administração com a sustentabilidade. Também se destaca o ganho operacional resultante da padronização dos equipamentos e da atualização tecnológica de baterias, o que facilitará ações de manutenção preventiva e corretiva, reduzirá o tempo de inatividade de sistemas e proporcionará maior previsibilidade nos custos de operação.

13.3. A contratação ainda possibilita maior segurança da edificação, uma vez que previne falhas que poderiam comprometer o funcionamento de sistemas de rede, comunicação, controle e demais atividades administrativas e finalísticas do Ministério.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

14.2. A Coordenação de Infraestrutura – COINF juntamente com o Serviço de Manutenção Predial - SEMAN do Ministério dos Transportes viabilizará as ações planejadas para o devido acompanhamento das entregas e demais instalações dos materiais a serem adquiridos de forma satisfatória, observando as validades, qualidades e garantias.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação em questão envolve potenciais impactos ambientais, especialmente em razão da manipulação e do descarte de baterias estacionárias inservíveis, classificadas como resíduos perigosos em virtude da presença de componentes químicos como chumbo, ácido sulfúrico e outros metais pesados. O descarte inadequado desses materiais pode acarretar sérios danos ao meio ambiente e à saúde pública, como a contaminação do solo e de corpos hídricos, além da exposição humana a substâncias tóxicas.

15.2. Nesse sentido, a inclusão expressa, no escopo contratual, da responsabilidade pela coleta, transporte e descarte ambientalmente adequado das baterias substituídas, em conformidade com a legislação ambiental vigente, notadamente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), constitui medida essencial para mitigar esses impactos. A destinação final deverá ocorrer por meio de empresas licenciadas, com emissão do respectivo Certificado de Destinação Final (CDF), como forma de assegurar a rastreabilidade e a conformidade com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

15.3. A adoção de baterias novas, com maior eficiência energética e vida útil prolongada, pode contribuir para a redução da geração de resíduos a médio prazo, ao passo que reforça a responsabilidade socioambiental do Ministério dos Transportes no cumprimento de práticas sustentáveis. A contratação, portanto, busca não apenas atender às necessidades operacionais da Administração, mas também promover o desenvolvimento sustentável e a gestão responsável de recursos e resíduos.

15.4. Além disso, a contratada deverá adotar mecanismos de sustentabilidade que priorizem o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando substâncias irritantes e equipamentos que causem incômodo. Durante toda a execução contratual, deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental e implementar ações que reduzam os impactos ambientais, conforme os termos da Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010.

15.5. A contratada será responsável pelo recolhimento adequado das baterias descartadas, encaminhando-as ao fabricante ou importador para destinação ambientalmente correta, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

15.5.1. A contratada deverá seguir a Resolução CONAMA nº 401/2008, que estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional, além de critérios para seu gerenciamento ambientalmente adequado.

15.6. Caberá à contratada aplicar todos os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente, garantindo o cumprimento das normas e boas práticas.

15.7. Foram consultadas as diretrizes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis - outubro/2024, elaborado pela CGU/AGU, para orientar a contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, bem como a sua necessidade e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 02/09/2025 às 15:09:16.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 02/09/2025 às 11:18:46.

CATIA ROBERTA JULIO



Assinou eletronicamente em 02/09/2025 às 11:41:37.